

BIOLOGIZAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: UMA ANÁLISE DO USO DE MEDICAMENTOS NA INFÂNCIA SOB A LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL.

Camila Rodrigues de Albuquerque, Prof.^a Dr^a Rosana Aparecida Albuquerque Bonadio (Orientador), e-mail: raalbuquerque@uem.br

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas/Maringá, PR.

Palavras-chave: medicalização, histórico-cultural, TDAH.

Resumo

Nota-se um aumento significativo no número de medicamentos destinados à crianças com dificuldades de aprendizagem e comportamentos que ao contexto escolar são considerados inadequados. Desta forma, surge a importância de levantar questões e discussões acerca da medicalização nas escolas. Com isso, o principal objetivo do trabalho a seguir foi analisar os dados referentes a crianças diagnosticadas e medicadas com TDAH em duas escolas da rede pública municipal do município de Rolândia-Pr. Para tal, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e de campo. Tendo a Psicologia Histórico-Cultural como perspectiva norteadora, todos os dados foram compilados e analisados. Ao analisar os dados obtidos nas escolas e as variáveis históricas e culturais que estão por trás do fenômeno medicalizante como a patologização do ser, as ideias maturacionistas de desenvolvimento e aprendizagem e a diferença social no tratamento entre meninos e meninas, concluiu-se que o modelo de ensino e aprendizagem das escolas devem ser questionadas, assim como os discursos biologizantes de educadores e médicos brasileiros que vêm medicando crianças cada vez mais novas. Por fim, entende-se que a Psicologia é uma ciência que pode e deve usar de seus conhecimentos para auxiliar os profissionais da Educação a compreender o processo de ensino-aprendizagem em sua totalidade a fim de problematizar as implicações do fenômeno da medicalização a curto, médio e longo prazo.

Introdução

A pesquisa aqui apresentada foi impulsionada por dados alarmantes a respeito dos diagnósticos de TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) em crianças no Brasil, que alcançam os 5% e vêm crescendo ainda mais ao longo dos anos. Suspeita-se que tais diagnósticos são, em grande parte, inadequados e imprecisos, influenciados por uma visão patologizante e biologizante do processo de ensino e aprendizagem.

Juntamente com estes diagnósticos está a prescrição irresponsável de medicamentos - a Ritalina e o Concerta sendo os mais populares - à crianças cada vez mais jovens, trazendo com ela a necessidade de uma pesquisa mais

aprofundada a respeito destes índices e da discussão sobre o fenômeno da medicalização nas escolas.

Com o objetivo de levantar tais discussões e de identificar possíveis causas presentes por trás do aumento de crianças medicadas no Brasil, este trabalho buscou analisar os dados referentes aos diagnósticos de TDAH acompanhados ou não de tratamento medicamentoso em duas escolas municipais de Rolândia (PR), sendo uma de Educação Infantil e outra do primeiro Ciclo do Ensino Fundamental. Para isto, teve como subsídio teórico, principalmente, as considerações de Vigotski sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem para a teoria Histórico-Cultural e estudos atuais de Bonadio (2013), Moysés e Collares (2011), Meira (2011) e Guarido (2010). Tais estudos enfatizam que a concepção biologizante por trás do diagnóstico de TDAH resulta em um problema patológico que é, muitas vezes, social e/ou pedagógico. Para Moysés e Collares (2011), o fenômeno da medicalização constitui a instalação de questões médicas em situações não médicas, e sim determinadas por questões políticas e sociais.

A teoria Histórico-Cultural, para Vigotski (2008), deve superar determinismos biológicos e ambientalistas, uma vez que a Psicologia deve compreender os fenômenos a partir de relações humanas e compreendê-los em sua essência para romper com modelos cristalizados de ensino.

Materiais e métodos

Esta pesquisa se caracteriza por bibliográfica e de campo e está vinculada ao projeto de pesquisa nº 9801/2012, intitulado “**Retrato da medicalização da infância no Estado do Paraná**”, aprovado pelo Comitê de Ética. Para sua realização foi utilizado os questionários disponibilizados pelo projeto de pesquisa, preenchidos por pais e/ ou responsáveis na escola, no ato da matrícula. A população-alvo foram alunos de duas escolas da rede pública municipal de ensino da cidade de Rolândia-PR, uma de Educação Infantil e uma do primeiro Ciclo do Ensino Fundamental, essa última foco do nosso trabalho. O estudo foi realizado por amostragem, diferentemente das pesquisas iniciais do projeto que foram por censo, o que justifica o número restrito de escolas investigadas. Para a análise dos dados foi utilizada como base teórica a Psicologia Histórico-Cultural.

Resultados e Discussão

Para esta pesquisa foram utilizadas informações levantadas nos questionários de 101 crianças, de uma escola Municipal do primeiro Ciclo do Ensino Fundamental, com o objetivo de identificar a quantidade de crianças que estavam sendo medicadas para o diagnóstico de TDAH, como descrito na tabela a seguir.

Tabela 1 – Número de crianças que fazem uso de medicação controlada

Cidade	Sexo	Tomaram	Não tomaram	Total
Rolândia	Masculino	4	47	51
Rolândia	Feminino	0	50	50
		4	97	101

Tabela 2 – Número de crianças que fazem uso de medicação controlada por ano escolar.

1º Ano	0
2º Ano	0
3º Ano	1
4º Ano	1
5º Ano	2
Total	4

Como explicitado nas tabelas acima, 4 crianças do Ensino Fundamental faziam uso de medicação controlada no momento da pesquisa, todas do sexo masculino. Duas delas apresentavam o diagnóstico de TDAH, uma o de Déficit de Atenção, e quanto à última não foi encontrada tal informação. À três delas foi prescrita a Ritalina e à uma a Carbamazepina. A Ritalina é um medicamento estimulante do sistema nervoso central que, segundo a bula, deve ser consumido apenas a partir dos 6 anos. Dentre os efeitos colaterais explícitos na mesma estão palpitações, variações de humor, sintomas alérgicos como inchaços e erupções cutâneas, falta de apetite, insônia, náuseas, dores de cabeça, boca seca e diminuição de peso. Já a Carbamazepina é um anticonvulsivante indicado para o tratamento da epilepsia, dor neuropática, doenças neurológicas e doenças psiquiátricas como episódios de mania. Seus efeitos adversos mais comuns incluem erupção cutânea e perda de coordenação motora.

A análise dos dados acima permite a compreensão de que 3,96% das crianças de 6 a 11 anos desta escola tomam medicação para um transtorno relacionado à atenção e hiperatividade. Embora este número pareça pequeno, deve-se colocar em consideração que esta é apenas uma amostra, vinda de uma escola da rede pública (onde estão matriculadas, em maioria, crianças de famílias com menor renda financeira) dentro de uma cidade de aproximadamente 65 mil habitantes. Além disso, são crianças com pouquíssima idade fazendo uso de medicamentos cujos efeitos colaterais são seríssimos. Pode-se perceber também, por meio destes dados, que o número de crianças sob tratamento aumenta proporcionalmente ao ano escolar, ou seja, quanto maior a dificuldade dos conteúdos e a exigência escolar, mais propensos estão a usar a medicação como facilitador dos estudos e de notas altas.

Outro dado relevante para a pesquisa é a predominância de casos do gênero masculino, a qual pode ser compreendida a partir de uma análise histórica, social e cultural de uma sociedade que incentiva comportamentos mais agressivos e ativos (como jogar bola, correr) à meninos e comportamentos mais parados (como bonecas, cozinha) à meninas. Considera-se este resultado, juntamente com as demais pesquisas no Brasil, alarmante, pois indicam uma necessidade grande de pesquisas, estudos, estratégias e intervenções nos campos da Psicologia da Educação, da Pedagogia e da Medicina, para que sejam repensadas as práticas causadoras dos índices encontrados.

Conclusões

Conforme as contribuições dos autores utilizados para esta pesquisa foi possível compreender o processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças e sua complexidade, impulsionando a crítica aos números de diagnósticos desenfreados de TDAH, que por serem tão frequentes, alarmantes, e medicamentosamente tratados, parecem desconsiderar as necessidades e a complexidade que esse processo exige.

Neste sentido, conclui-se, por meio desse estudo, que a Psicologia possui o aparato necessário e com isso o dever de intervir nos contextos escolares a fim de tentar reverter este quadro alarmante do fenômeno da medicalização de crianças. Seus profissionais devem, pautados pelo conhecimento do processo de ensino e aprendizagem, orientar educadores a respeito do tema e das implicações sociais desse fenômeno. Algumas sugestões de intervenção que ficam aos psicólogos da área são: discussões em grupo com os professores e demais educadores para uma reflexão acerca do problema; problematizações das práticas escolares engessadas, que deve partir de profissionais da saúde e educadores em conjunto, a fim de efetivar um trabalho que vá contra aos diagnósticos e às concepções maturacionistas e organicistas; e por fim, a criação de uma estrutura de atendimento que saiba respeitar e manejar diferenças, peculiaridades e dificuldades de cada aluno de maneira justa aos mesmos.

Referências

BONADIO, R.A.A.; MORI, N.N.R.; PADILHA, M.L. **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: diagnóstico da prática pedagógica**. Maringá: Eduem, 2013.

GUARIDO, R. A Biologização da Vida e Algumas Implicações do Discurso Médico sobre a Educação. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (Org.). **Medicalização de Crianças e Adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

MEIRA, M.E.M. Incluir para continuar excluindo: a produção da exclusão na educação brasileira à luz da psicologia Histórico-Cultural. In: FACCI, M. G. D., MEIRA, M. E. M., TULESKI, S. C. **A exclusão dos “incluídos”**: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos professores educativos. Maringá: Eduem, 2011, cp.4, p.91-132.

MOYSÉS, M.A.A.; COLLARES, C.A.L. O lado escuro da dislexia e do TDAH. In: FACCI, M. G. D., MEIRA, M. E. M., TULESKI, S. C. **A exclusão dos “incluídos”**: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos professores educativos. Maringá: Eduem, 2011, cp.5, p. 133-196.

VIGOTSKI, L. S. **Formação Social da Mente**. 7. ed. São Paulo: Martins fontes, 2008.